



VIII-251 - TRABALHO SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DE PESQUISA DIAGNÓSTICA

Crislaine Mendes⁽¹⁾

Gestora em Educação Socioambiental na SANEPAR-PR. Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global (PUCRS). Especialista em Saneamento Ambiental pela Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP).

Endereço⁽¹⁾: Rua Antônio Rodrigues Teixeira Junior, 500 – Ponta Grossa-PR - CEP: 84015-490 - Brasil - Tel: +55 (42) 2102-4471 - e-mail: crislainem@sanepar.com.br

RESUMO

Os Projetos de Trabalho Social - PTS são desenvolvidos sob a orientação da Portaria nº464/2018 do Ministério das Cidades, que estabelece as normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. O acompanhamento do PTS compreende: gestão das atividades de mobilização social, educação ambiental, ações de promoção ao desenvolvimento econômico e geração de renda; supervisão dos serviços e a fiscalização em campo dos serviços; análise e avaliação das ações socioambientais realizadas. Nesse sentido, a Pesquisa Socioambiental Diagnóstica (PSD) é uma ferramenta para levantar informações referentes aos aspectos ambientais, sociais e econômicos das famílias beneficiadas de forma a possibilitar a análise da área de intervenção. O objetivo do trabalho é apresentar os resultados da PSD aplicada em empreendimento de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA, no município de Telêmaco Borba - PR, e analisar os desafios e perspectivas para a implementação do Projeto de Trabalho Social, a partir dos dados obtidos. A PSD foi realizada no período de dezembro de 2022 a maio de 2023, em 2.887 domicílios. Os dados obtidos subsidiaram o planejamento das ações do PTS, bem como podem pautar novos projetos em áreas com perfil semelhante. Como as informações trouxeram o detalhamento da área de intervenção, foi possível identificar atividades adequadas àquela comunidade. A pesquisa socioambiental diagnóstica mostrou-se uma ferramenta importante para o entendimento do contexto e da dinâmica socioambiental da área de intervenção. A partir dos dados levantados foi possível compreender os desafios na execução das ações planejadas. Avalia-se que essa ferramenta deveria ser aplicada anteriormente ao PTS apresentado ao órgão financiador, uma vez que pode direcionar o planejamento das atividades, especialmente àquelas de geração de trabalho e renda.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Social, Pesquisa diagnóstica, Participação Comunitária, Saneamento.

INTRODUÇÃO

Os Projetos de Trabalho Social (PTS) são desenvolvidos sob a orientação da Portaria nº464/2018 do Ministério das Cidades, que estabelece as normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, incluindo as intervenções de saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público.

Na Companhia de Saneamento o trabalho social é planejado e executado de forma a atender os quatro eixos de atuação da portaria supracitada: a) Mobilização, organização e fortalecimento social para o protagonismo social, fortalecimento das organizações existentes no território e controle social; b) Acompanhamento e gestão social da intervenção, para minimizar os aspectos negativos e evidenciar os ganhos ocasionados durante a implementação da obra; c) Educação ambiental e patrimonial, para fortalecer a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida e como alcançar a sustentabilidade da intervenção; d) Desenvolvimento socioeconômico, buscando a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de



iniciativas de geração de trabalho e renda de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população.

O acompanhamento do PTS compreende: gestão das atividades de mobilização social, educação ambiental, ações de promoção ao desenvolvimento econômico e geração de renda; supervisão dos serviços e a fiscalização em campo dos serviços; análise e avaliação das ações socioambientais realizadas. Nesse sentido, a pesquisa socioambiental diagnóstica é uma ferramenta para levantar informações referentes aos aspectos ambientais, sociais e econômicos das famílias beneficiadas de forma a possibilitar a análise mais detalhada e atualizada da área de intervenção com dados para o desenvolvimento das ações planejadas para o empreendimento.

Esse trabalho objetiva apresentar os resultados da pesquisa aplicada em empreendimento de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA, no município de Telêmaco Borba, bem como os desafios e perspectivas para a implementação do Projeto de Trabalho Social, a partir da análise dos dados obtidos.

METODOLOGIA

A Pesquisa Socioambiental Diagnóstica - PSD foi realizada no município de Telêmaco Borba - PR, no período de dezembro de 2022 a maio de 2023, em 2.887 domicílios, localizados na área de intervenção de empreendimento de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA. O objetivo da pesquisa foi levantar informações referentes aos aspectos ambientais, sociais e econômicos das famílias beneficiadas de forma a possibilitar a análise mais detalhada e atualizada da área de intervenção com dados para o desenvolvimento das ações futuras planejadas para o empreendimento. As pesquisas foram aplicadas por equipe terceirizada, por meio de abordagens domiciliares, utilizando-se de formulários eletrônicos Google Forms™.

Nesse empreendimento o PTS foi desenvolvido em duas etapas, acompanhando as ações do cronograma físico da obra de ampliação do SAA. As primeiras atividades desenvolvidas envolveram: a sensibilização da comunidade para a importância do empreendimento; algumas iniciativas de geração de trabalho e renda; e por fim ações de acompanhamento e gestão social da intervenção. Nessa primeira etapa foi aplicada a PSD, formulário composto por 40 questões, que buscou levantar informações sobre o perfil socioeconômico, infraestrutura dos imóveis e seu entorno, participação comunitária, interesse em cursos e ainda sobre a percepção ambiental da comunidade, críticas, sugestões e/ou reclamações.

Diante dos resultados obtidos com a PSD, houve o planejamento das ações seguintes no empreendimento, integrantes da segunda etapa de execução do PTS que compreenderam atividades de educação ambiental, acompanhamento e gestão do empreendimento e de desenvolvimento socioeconômico. Os resultados apontados a seguir demonstram o desafio da participação comunitária e do controle social no saneamento.

RESULTADOS OBTIDOS

Segundo os dados levantados na pesquisa, quanto ao perfil socioeconômico, 40% dos respondentes tinham como fonte principal de renda o trabalho formal, seguido por 29% de aposentadoria e 16% de trabalho autônomo. Destaca-se que 11% declararam que ao menos um morador do imóvel não possuía renda (Figura 1). Sobre a inscrição em programas sociais, somente 3,6% afirmaram receber algum benefício social e 4,8% que estavam inscritos no CAD Único. Outros 90,8% disseram não estar inscritos em qualquer programa. Esse aspecto, pode indicar que apesar da possibilidade de inscrição em algum programa social, a exemplo do Água Solidária (tarifa diferenciada para pessoas de baixa renda), parte dos moradores ainda não os acessa. Dentre os programas mencionados, o Auxílio Brasil e o Bolsa Família são os de maior representatividade, com 43,3% e 18,3% respectivamente. (Figura 2)

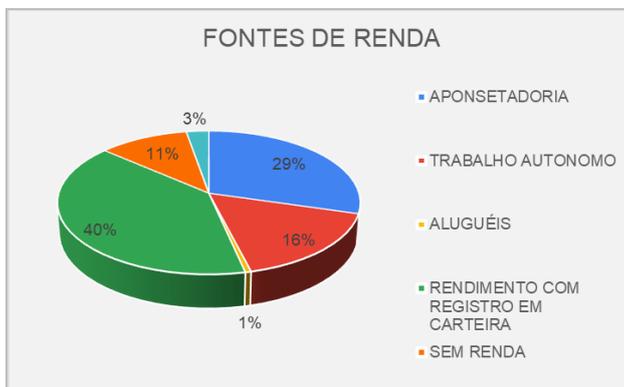


Figura 1: Fontes de renda.

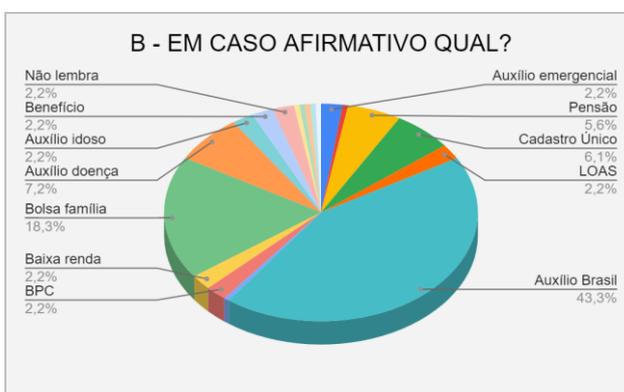


Figura 2: Inscrição em programas sociais.

Ainda no que diz respeito ao perfil socioeconômico, é relevante destacar que 28,5% daqueles que responderam eram aposentados. As profissões elencadas foram bastante diversas, porém em sua maioria relacionadas ao perfil da indústria e serviços locais, direcionados à Papel e Celulose.

A pesquisa indicou que 76,9% dos imóveis na área de intervenção eram próprios, 18,2% alugados e somente 4,8% eram cedidos. Durante as abordagens domiciliares identificou-se ainda domicílios de uso coletivo e que, por conseguinte, não responderam à pesquisa. Dos domicílios visitados, em sua maioria residem duas ou três pessoas, num percentual de 30,9% e 25,3% respectivamente. E em 13,3% há somente um morador (Figura 3). Esse perfil confirma a média 2,8 moradores por domicílio adotada no Projeto de Trabalho Social PTS.



Figura 3: Número de pessoas residentes do imóvel.



Com relação à faixa etária dos residentes, considerando a totalidade das famílias entrevistadas, 26% eram moradores de 45 a 64 anos, 20% de 16 a 30 anos, 19% entre 31 e 44 anos e 16% acima de 65 anos (Figura 4). Sendo declarados 51% do gênero feminino e 49% masculino.

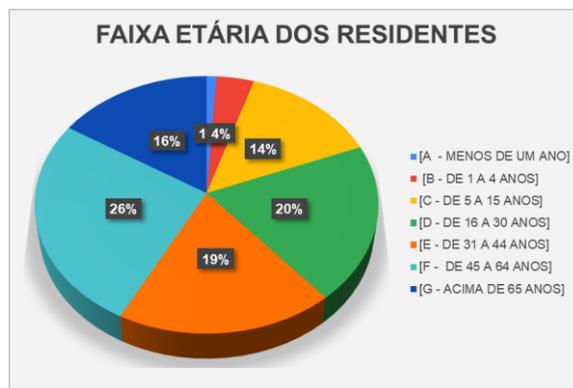


Figura 4: Faixa etária dos residentes.

A área de intervenção é composta por imóveis em sua maioria construídos em alvenaria, sendo que em aproximadamente 23% havia duas ou três casas no mesmo terreno. Essa é uma característica bastante comum neste município e a pesquisa realizada pode auxiliar no planejamento das abordagens domiciliares em novo PTS.

No que diz respeito ao entorno dos domicílios, somente 2% dispunham de toda a infraestrutura urbana, em ruas com pavimentação asfáltica, galerias pluviais e calçada. Pouco mais de 65% possuíam apenas pavimentação asfáltica e outros 23,9% asfalto e calçada (Figura 5). Aspecto relevante para a interligação à rede coletora de esgoto ou manutenção de fossas está na cota do imóvel em relação ao nível da rua. Dos domicílios 16,4% estão abaixo do nível da rua, de acordo com os respondentes.

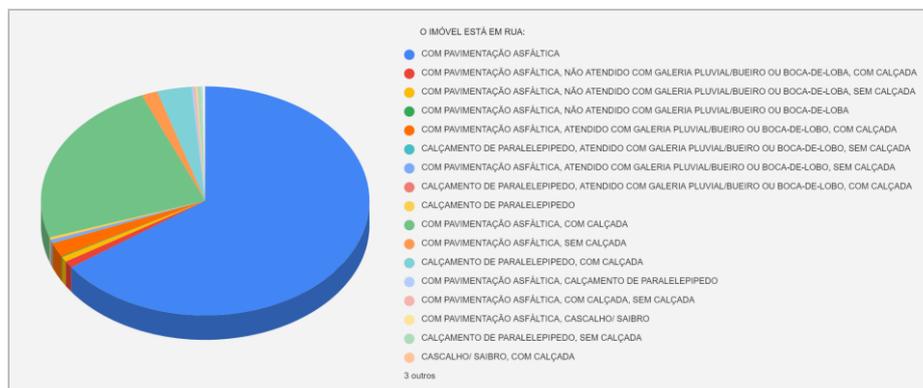


Figura 5: Pavimentação e calçadas.

Sobre a água consumida no imóvel 1% utilizam fontes alternativas para abastecimento. Um dado importante da pesquisa está na disponibilidade de reservatório intradomiciliar, 37,6% afirmaram não possuir. O fato reflete diretamente na percepção sobre a falta de água no imóvel em períodos de desabastecimento e sua relação com as obras de melhoria no SAA.

À pergunta sobre a destinação da água de chuva do imóvel, 40% responderam que destinam no próprio terreno, 26% na galeria e 28% na RCE (Figura 6). Esse dado confirma uma das situações operacionais apontadas como responsáveis pelo extravasamento de esgoto, e ainda aponta a necessidade de informar a população sobre possibilidades de reutilização de água de chuva. Alternativa ambientalmente adequada e que reduz o consumo mensal de água tratada.



Figura 6: Destinação da água de chuva.

Quando perguntados sobre a destinação do esgoto doméstico, 89,8% afirmaram que têm acesso à RCE, 3,9% destinam para rios e córregos e 3,6% em fossa séptica (Figura 7). Dessa forma, ainda há na área de intervenção, impacto direto e indireto em corpos hídricos, reforçando a necessidade da universalização do saneamento.



Figura 7: Destinação do esgoto doméstico.

Ainda sobre o esgotamento sanitário doméstico, uma das questões da pesquisa foi relativa à presença de caixa de gordura exclusiva para a pia da cozinha, para a qual 36,9% foram negativas. Fator diretamente relacionado ao entupimento da rede coletora e consequente refluxo de esgoto. Segundo informações da Gerência Regional de Telêmaco Borba, responsável pela manutenção da rede coletora de esgoto, de abril a julho de 2023, foram realizadas 160 desobstruções de RCE e 39 desobstruções de ramais.

O levantamento sobre a destinação dos resíduos sólidos revelou que a maior parte dos entrevistados afirma realizar a separação seletiva e que a coleta pública é o principal destino dos orgânicos, recicláveis, rejeitos, pilhas, baterias e eletrônicos, e das sucatas/ ferro-velho (Figura 8). O único resíduo doméstico em que “reutiliza/ doa” teve o maior percentual de resposta foi o óleo de cozinha com 79,7%. Nesse item é importante apontar que, apesar de ocorrer a segregação dos resíduos nos domicílios e a afirmação de que destinação é para a coleta pública, os entrevistados podem comprometer a reciclagem se não entregarem seu resíduo para o caminhão da coleta seletiva, nos dias em que seu bairro é atendido.



Figura 8: Destinação de resíduos recicláveis.

A participação comunitária é essencial para a condução com sucesso das ações planejadas no PTS, logo as informações que seguem auxiliam a compreender os desafios em seu desenvolvimento, especialmente no eixo de mobilização, organização e fortalecimento social para o protagonismo social, fortalecimento das organizações existentes no território e controle social.

Quando perguntados se participam ou se ministram de cursos promovidos na comunidade, quase 99,4% dos entrevistados disseram que não. Em relação à participação comunitária, 99% afirmaram que não participam ou ministram cursos na comunidade. Maioria negativa também quanto à: integrar ou ser representado por associação de moradores, com 99,7%.

Sobre se frequenta espaços de lazer 93% responderam negativamente, e entre aqueles que frequentam, as praças, seguidos por clubes e o Centro de Convivência do Idoso - CCI foram os mais citados (Figura 9). Com relação à frequentar igrejas ou templos religiosos, 79,3% da população entrevistada disse sim, sendo as igrejas católicas (51,4%) e templos evangélicos (44,1%) os mais frequentados.

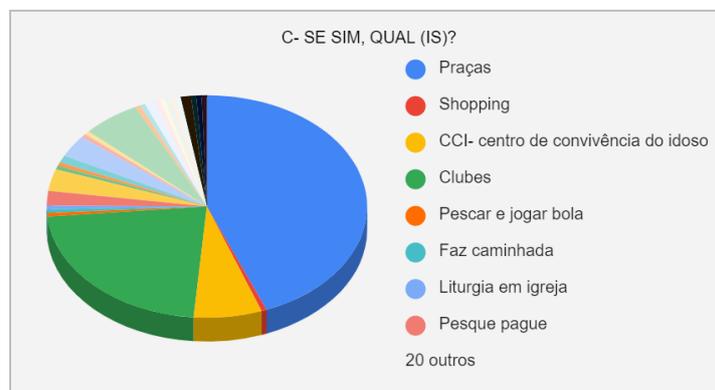


Figura 9: Frequência aos espaços de lazer.

Maioria de respostas negativas também quanto à integrar ou ser representado por associação de moradores, com 99,7%, e sobre participar de Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, com 98,8%. Ainda, 99,5% não participa de ONG's, Clubes de Serviço ou Conselhos.

Para o desenvolvimento socioeconômico buscando a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população é essencial que o PTS englobe em suas ações a geração de trabalho e renda. Contudo, o cenário apresentado pela pesquisa não é favorável.

Quando perguntados se participariam de um curso promovido pela Sanepar, 80,8% respondeu negativamente. Entre os que responderam "sim", houve diversidade na tipologia de cursos de interesse, sendo que o maior

percentual (76,1%) foi “outros” (Figura 10), seguido por profissionalizantes (7,4%) e educação à distância (5,6%). Ainda foram questionados os temas de interesse, para os quais 87,4% disseram não ter tema de preferência ou não saber, 2% não participariam, 3,2% não tinham interesse. Alguns temas que foram apontados na pesquisa foram: culinária, meio ambiente, geração de renda, mecânica, inglês, administração, alfabetização, costura, informática e crochê.

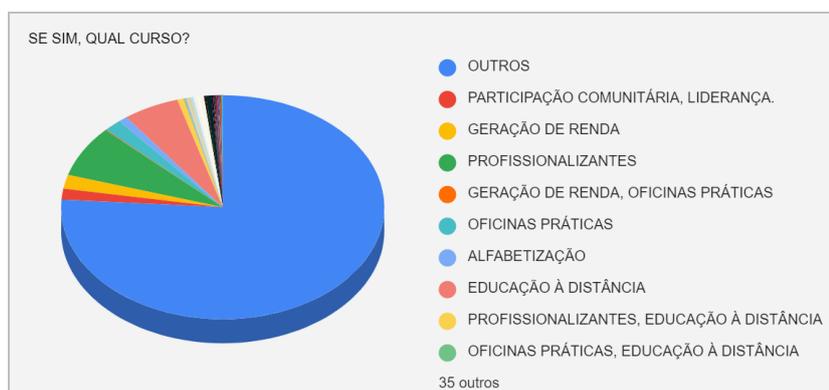


Figura 10: Tipologia de cursos de interesse.

Os dados levantados indicam que haverá dificuldade na proposição de cursos que atendam às expectativas da comunidade, bem como em sua aceitabilidade junto ao grupo pesquisado. A baixa adesão aos cursos e eventos comunitários já foi percebida em outros trabalhos sociais neste município. Essas informações serão utilizadas para o planejamento da segunda etapa do atual PTS.

Os dados que seguem são relativos à percepção dos moradores quanto aos aspectos e impactos ambientais do seu entorno. Para a questão “Você percebe a presença de ratos, moscas e baratas?” 66% responderam “sim”. Essa percepção, a princípio, deveria estar relacionada a fatores como esgoto à céu-aberto, depósitos de lixo e/ou presença de odores. Contudo, a percepção dos moradores foi em sua maioria negativa quanto aos três fatores elencados. Aproximadamente 79% dos moradores não identificou mau-cheiro, 92,8% não percebe esgoto à céu-aberto e 95,6% afirmou não existir depósito de lixo nas redondezas.

A população entrevistada também respondeu sobre a ocorrência de inundações/ enchentes e presença de poeira/fuligem. Para a primeira, 98% dos moradores disseram não e à segunda 90,4%. Inferindo-se que a qualidade ambiental está adequada, em acordo à percepção dos entrevistados.

Dos domicílios que participaram da pesquisa, somente uma parcela de 3,6% está localizada nas margens de algum rio. Em 1,1% há nascentes no terreno e 1,6% possui área de banhado/charco. Os aspectos ambientais identificados caracterizam a área de intervenção, trazendo pontos reforçados durante as abordagens domiciliares, especialmente àqueles que dizem respeito à conservação de Áreas de Preservação Permanente - APP.

Ao serem perguntados quanto à percepção sobre a qualidade dos rios e corpos d’água em sua localidade, 82,8% afirmaram estar igual, outros 11,8% disseram estar melhores e 5,4% que estão piores atualmente (Figura 11). A maior parte dos entrevistados, 89,4%, não identificou atividades que geram pressões, impactos ou melhorias nos recursos hídricos e 8,5% afirmaram não saber ou não ter conhecimento sobre esse aspecto.



Figura 11: Percepção sobre rios e corpos d'água.

Diante dos dados sobre a percepção ambiental pode-se ponderar se a população tem o olhar atento aos rios, permitindo-lhe identificar alterações positivas ou negativas. Justifica-se então as ações educativas propostas pelo PTS, que buscam promover a percepção crítica sobre a realidade vivenciada.

Ao final das abordagens os moradores puderam registrar suas críticas, sugestões ou reclamações. A intenção era pontuar observações não consideradas nas perguntas objetivas. Aproximadamente 85% dos moradores não tinham apontamentos, os 15% restantes fizeram comentários sobre a tarifa (5,5%), manutenção (1,9%), falta d'água (1,3%), serviços (1%), elogios (0,8%) e outros como pressão, qualidade da água, cobranças indevidas e taxa do lixo. Esse último ponto está relacionado ao valor cobrado pela prefeitura, por meio da conta de água, para a coleta dos resíduos sólidos. Alguns moradores associam a deficiência dos serviços à Companhia de Saneamento, o que está incorreto, tendo em vista que a companhia apenas recebe o valor e repassa à prefeitura, sem qualquer responsabilidade em sua gestão.

Da mesma forma, os comentários também identificaram a falta de conhecimento sobre a distinção entre a responsabilidade sobre a manutenção de galerias pluviais (prefeitura) e rede de esgoto (concessionária), aparecendo por diversas vezes apontamentos sobre bueiros e bocas de lobo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados obtidos com a pesquisa subsidiaram o planejamento das ações do PTS, bem como podem pautar novos projetos em áreas com perfil semelhante. Como as informações trouxeram o detalhamento da área de intervenção, foi possível identificar atividades adequadas àquela comunidade.

A análise dos dados socioeconômicos revela que, apesar da possibilidade de inscrição em algum programa social, parte ainda não os acessa, indicando a necessidade de ações para o esclarecimento e apoio às famílias em vulnerabilidade, especialmente relativo à redução de tarifa.

Entre os domicílios pesquisados 16,4% estão abaixo da cota para interligação à RCE, este é um aspecto relevante para a interligação à rede coletora de esgoto ou manutenção de fossas. Ainda há na área de intervenção, impacto direto e indireto em corpos hídricos, provocado pelo lançamento do esgoto doméstico em fossas, rios ou galerias pluviais, reforçando a necessidade da universalização do saneamento.

O percentual de imóveis sem caixa de gordura exclusiva para pia da cozinha ou lançando água de chuva na RCE confirma situações operacionais responsáveis pelo extravasamento de esgoto, e indica a necessidade de melhor informar a população.

Para o desenvolvimento socioeconômico, buscando a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda é essencial que o PTS englobe ações de geração de trabalho e renda. Contudo, o cenário apresentado pela pesquisa não é favorável. Os dados levantados



indicam a dificuldade na proposição de cursos que atendam às expectativas da comunidade, bem como em sua aceitabilidade junto ao grupo pesquisado.

A análise dos resultados obtidos quanto à participação comunitária ou à falta dela, auxiliam a compreender os desafios para a condução com sucesso das ações planejadas no PTS, especialmente no eixo de mobilização, organização e fortalecimento social para o protagonismo social, fortalecimento das organizações existentes no território e controle social.

Diante dos dados sobre a percepção ambiental pode-se ponderar se a população tem o olhar atento aos rios, contudo, desconhecem os fatores geradores de impacto. Os comentários identificaram ainda a falta de conhecimento sobre a responsabilidade na manutenção de galerias pluviais (prefeitura) e rede de esgoto (concessionária).

De tal forma, justificam-se ações educativas propostas no PTS, que promovam a percepção crítica sobre a realidade vivenciada.

CONCLUSÕES

A pesquisa socioambiental diagnóstica mostrou-se uma ferramenta importante para o entendimento do contexto e da dinâmica socioambiental da área de intervenção. A partir dos dados levantados foi possível compreender os desafios na execução das ações planejadas. Avalia-se que essa ferramenta deveria ser aplicada anteriormente ao PTS apresentado ao órgão financiador, uma vez que pode direcionar o planejamento das atividades, especialmente àquelas de geração de trabalho e renda.

Dada a temporalidade em que a mesma foi aplicada, entende-se que as informações levantadas subsidiaram a contratação da segunda etapa do trabalho. Da mesma forma, poderão ser aplicadas em outros empreendimentos no mesmo município.

Tendo em vista que 81% da população pesquisa respondeu que não participaria de cursos oferecidos pela Companhia de Saneamento, e que 87% daqueles que participariam não tem preferência por tema, a segunda etapa de contratação ofertará oficinas socioambientais direcionadas ao público adulto de 45 a 64 anos, faixa etária de maior percentual entre os moradores (26%), que frequenta igrejas, a maior participação comunitária identificada na pesquisa (95,5%).

O objetivo das oficinas será oportunizar o conhecimento de práticas diárias em prol da sustentabilidade, bem como favorecer o desenvolvimento de habilidades para complementar o orçamento doméstico e a geração de renda. Os dados da PSD serão divulgados à comunidade participante e ao grupo gestor do empreendimento em tempo oportuno.

O resultado da pesquisa explicita a necessidade de conhecer o público onde ocorrerá a intervenção e, da mesma forma, a dinâmica no planejamento de diferentes atividades para atender da melhor maneira às expectativas da população beneficiária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria N° 464, DE 25 DE JULHO DE 2018: Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34198305/do1-2018-07-26-portaria-n-464-de-25-de-julho-de-2018-34198278>. Acesso em 14 fev. 2020.
2. CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle Social. In: Pereira, Isabel Brasil. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: PSJV, 2008.
3. COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR). PROJETO DE TRABALHO SOCIAL DE TELÊMACO BORBA/PR. Curitiba: Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), 2020.